

Ano XXVI n° 6680 – 17 de outubro de 2022

Falta de política pública gera multidão de desempregados

Desde 2014, e de forma mais intensa desde que a reforma trabalhista entrou em vigor, em novembro de 2017, o mercado de trabalho brasileiro vem passando por forte processo de precarização, agravado com a pandemia de Covid-19.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de agosto de 2022 mostram que 9,7 milhões de pessoas estão desocupadas no Brasil, número 54% maior do que ao final de 2013, quando eram 6,3 milhões.

As mulheres sofrem mais com o desemprego do que os homens. Em julho, a taxa geral de desocupação era de 9,1%. Entre elas, porém, chegava a 11,6%. Entre os homens, a 7,5%. O menor patamar da série histórica foi ao final de 2013, quando era de 7,8% entre as mulheres e 5,1% entre os homens.

O desemprego também afeta intensamente a população jovem. Na faixa dos 14 anos aos 17 anos, chega a 33,3%; e dos 18 anos aos 24 anos, a 19,3%. Os menores patamares foram, em 2013, de 18,6% e 12,8%, respectivamente. O recorte por raça/cor mostra que a desocupação entre pessoas pretas e pardas é de 11,3% e 10,8%, respectivamente. Entre brancos é de 7,3%. Os menores patamares entre pretos e pardos foi de 8% e 7,2%, entre 2013 e 2014. Entre os brancos o menor patamar, de 5,1%, foi registrado no final de 2013.



INSS: REVISÃO DA VIDA TODA PODE SER APROVADA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela validação do voto de ministro aposentado, no caso, Marco Aurélio de Mello, em ações que ainda estão tramitando na Corte. Isso pode mudar o rumo do julgamento da revisão da vida toda e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A ação prevê que o INSS considere no cálculo da aposentadoria ou pensão todas as contribuições feitas antes de julho de 1994. Caso a maioria do STF decida a favor do pedido, o valor pago aos segurados, que começaram a contribuir antes da data estipulada e não tiveram os recolhimentos incluídos no cálculo, pode aumentar. Marco Aurélio de Mello, foi favorável à aprovação da revisão da vida toda para quem já tinha direito a fazer o pedido ou receber o benefício antes da reforma da previdência promulgada em 2019.

Em fevereiro deste ano, a votação foi feita pelo Plenário Virtual e o ministro Nunes Marques pediu destaque e impediu a conclusão sobre o tema. Com o pedido de Nunes Marques, o voto favorável de Marco Aurélio seria invalidado pois o ministro não estaria mais no plenário estando aposentado. Neste caso, haveria um novo voto, agora, de André Mendonça, indicado de Jair Bolsonaro.

No começo deste mês, o ministro Alexandre de Moraes levantou uma questão de ordem de validar o voto de um ministro aposentado mesmo em caso de voto em julgamento virtual. O entendimento é que passe a ser adotado a partir da referida data e não valha para julgamentos já concluídos.

Verba para o combate ao câncer terá redução de 45%

A verba destinada pelo governo federal para políticas específicas voltadas para prevenção e controle do câncer será reduzida em 45% em 2023, segundo reportagem publicada pelo jornal Estado de São Paulo. Com isto, o orçamento será enxugado de R\$ 175 milhões para R\$ 97 milhões no próximo ano.

Para efeito de comparação, o Fundo Nacional de Saúde revela que a verba prevista para Petrópolis nesse ano é de pouco mais de R\$ 548 mil, com o corte previsto para 2023, passaria para cerca de R\$ 302 mil. O valor previsto para o próximo ano, inclusive, é inferior à metade da verba que o Centro de Terapia Oncológica (CTO) do município recebia em 2018, último ano da gestão anterior (cerca de R\$ 660 mil).

Para a presidente voluntária da Associação Petropolitana dos Pacientes Oncológicos (APPO), Ana Cristina Mattos, o recente corte anunciado é uma notícia pavorosa de se receber. “Nos choca saber que exatamente no mês em que toda a sociedade se une em torno da Campanha do Outubro Rosa, uma ação de conscientização sobre a prevenção e o tratamento do câncer de mama, o Governo Federal tenha a coragem de anunciar cortes de recursos para 2023 em áreas essenciais como a saúde que vão impactar de forma severa os programas relacionados ao câncer, a segunda doença que mais mata no país”, diz ela.